

**Bruno Lopes e Roger Lee de Jesus (org.), *Finanças, economias e instituições no Portugal moderno: séculos XVI-XVIII*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2019, 369 p., ISBN: 978-989-26-1638-4.**

A presente obra tem origem num seminário de História intitulado “Finanças, Instituições, Crédito e Moeda em Portugal e no Império (séculos XVI-XVIII)”, realizado a 30 de setembro de 2016, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É composta por 10 textos, com origem nas comunicações apresentadas e em contributos externos. Nas palavras dos autores, o objetivo do seminário passava por “agitar um pouco as águas da História Financeira e Económica do Portugal Moderno”, trazendo à luz alguns temas tratados por “jovens investigadores” (doutorandos, recém-doutorados e pós-doutorados), referentes à História Económica do século XVI ao XVIII. É organizada por Bruno Lopes, doutorando em História na Universidade de Évora e no âmbito do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (PIUDHist) e por Roger Lee de Jesus, doutorando em História Moderna na Universidade de Coimbra.

A Introdução é da autoria do historiador Pedro Lains. O autor faz um périplo pela temática da historiografia nacional e estrangeira, realçando a importância do estudo do desenvolvimento e evolução das economias associado ao das instituições, tanto ao nível nacional como local, porque, na sua opinião, os “países, nações ou regiões com instituições mais eficazes, qualquer que seja a medida dessa eficácia, têm maiores aptidões para enfrentar os problemas de desenvolvimento económico, em contextos de maior ou menor concorrência global.” (p. 14). O estudo da associação entre instituições e desenvolvimento económico tem beneficiado de um enorme esforço de investigação em várias ciências.

Pedro Lains indica algumas das questões mais importantes levantadas por este livro: saber se a importância da coroa e da informalidade institucional decorreu de escolhas dos agentes envolvidos ou da incapacidade de explorar caminhos alternativos; apurar em que medida as conclusões apresentadas na obra estão relacionadas com a posição de Portugal no concerto das outras unidades políticas europeias; conhecer os mecanismos de funcionamento das instituições relevantes, a forma como as mesmas podem beneficiar a atividade humana e quais são as causas do seu desenvolvimento.

O Capítulo 1, intitulado “Fiscalidade e poder senhorial: o caso dos domínios dos infantes manuelinos”, de Helder Cabral, estuda os rendimentos dos descendentes masculinos não eclesiásticos de D. Manuel I, com o propósito de

determinar a estrutura patrimonial de onde provinha o sustento dos infantes, analisando a importância dos rendimentos provenientes do património próprio, formado a partir das doações régias, e das tenças anuais concedidas pelo monarca. O estudo parte de duas questões principais: analisar o modo como a monarquia redistribuiu recursos entre os seus descendentes e estudar até que ponto a evolução das reformas das instituições régias afetou o poder de redistribuição e manutenção de redes clientelares. O autor concluiu que as modificações do financiamento da casa real e dos infantes, em vigor desde o início da dinastia de Avis, continuaram a dominar os rendimentos da casa real, em particular a sisa. Esta dependência demonstrava a insuficiência de receitas próprias. O monarca tentou alterar a situação, mas, segundo o autor, foi incapaz de desenvolver alternativas e, por essa razão, o modelo de financiamento em vigor manteve-se.

O 2º capítulo, “As rendas e o rendimento da Casa de Aveiro nos séculos XVI e XVII”, da autoria de Cristóvão Mata, aborda o financiamento da Casa de Aveiro no séc. XVI e início do XVII. A partir da análise do contexto em que foram adquiridos os bens que constituem o património desta Casa, o autor demonstra a persistência de um modelo económico comum a outras casas senhoriais portuguesas à época e ainda a relação de dependência financeira da Casa de Aveiro para com a Coroa. O autor apurou uma permanência da importância das doações régias para o património da Casa de Aveiro e que esta não conheceu uma descida de rendimentos, beneficiando até de um acesso mais facilitado ao crédito ou a benesses régias. A evolução do património da Casa e, conseqüentemente, das suas receitas, decorreram da sua proximidade à Casa Real, associando-se o estatuto e o poder político à obtenção de fontes de rendimento, quer fossem patrimoniais ou doações régias.

O Capítulo 3 é da autoria de Roger Lee de Jesus e intitula-se “A desvalorização do bazaruco de Goa em 1542-1545”. Partindo de uma contextualização sólida sobre a moeda na economia portuguesa e do sistema monetário no “Estado da Índia”, o autor analisa um caso concreto da história monetária, iniciado durante o governo de Martim Afonso de Sousa (1542-1545) e terminado com o início do governo de D. João de Castro (1545-1548). Demonstra-se que a desvalorização do bazaruco goês, por intermédio da diminuição da quantidade de cobre e mantendo o seu valor facial, impediu o seu desaparecimento na cidade de Goa, em meados do séc. XVI. Esta intervenção obteve o desfecho pretendido pela entidade competente, permitindo um melhor funcionamento do mercado.

O 4º Capítulo, da autoria de Ana Sofia Ribeiro, denomina-se “Instituições e auto-organização em redes comerciais e financeiras no espaço ibérico (segunda metade do séc. XVI - 1609)”. A autora parte de dois estudos de caso

na Península Ibérica para analisar o papel das instituições formais e informais no estabelecimento e manutenção da cooperação em parcerias comerciais portuguesas e espanholas, na segunda metade do séc. XVI e inícios do séc. XVII, com enfoque na casa comercial de Simon Ruiz, entre 1550 e 1609. A análise inicia-se a partir do desenvolvimento de instituições ibéricas que poderiam ajudar ao controlo de risco. A autora concluiu que as ligações informais eram preferidas pelas redes comerciais – em parte devido à impossibilidade de, por vezes, se recorrer às instituições formais, em virtude da inexistência de vínculos legais, ou porque se recorria a atividades ilegais.

No Capítulo 5 (“Para além do fisco: receitas dos tribunais do Santo Ofício Português (1640-1773)”), Bruno Lopes estuda os rendimentos dos tribunais do Santo Ofício em Portugal, entre 1640 e 1773. A análise centra-se nos diferentes meios de financiamento desenvolvidos pelo Tribunal e na identificação das relações institucionais entre a Inquisição e outros poderes da Época Moderna. O autor concluiu que havia uma grande dependência da coroa, visto os tribunais da Inquisição não terem rendimentos suficientes para cobrir as despesas administrativas. Apesar de algumas tentativas de mudança, a instituição não soube/conseguiu desenvolver, de uma forma autónoma, meios de financiamento próprios, o que a prejudicou, comparativamente ao que se sucedia em Espanha, onde os tribunais possuíam receitas suficientes e sendo o seu património constituído, entre outros, pelos bens penhorados aos condenados.

No Capítulo 6, “As vicissitudes da gestão financeira: o caso da Misericórdia de Évora entre os séculos XVI e XVIII”, Rute Pardal, aborda a temática das finanças da Misericórdia de Évora, entre 1600 e 1750, a partir da análise da evolução dos rendimentos e das despesas, procurando compreender as opções financeiras realizadas, enquadrando-as no contexto mais alargado do ambiente económico da região alentejana e da evolução económica em Portugal. Apesar da instituição manter as contas equilibradas, na opinião da autora, este equilíbrio podia não ser real, na medida em que podia ocultar uma situação mais problemática. Trata ainda da aplicação dos diversos rendimentos, verificando-se que tanto as receitas como as despesas eram bastante diversificadas.

O Capítulo 7 intitula-se “O incumprimento do crédito no século XVIII: o caso da Misericórdia de Lisboa”. Lisbeth Rodrigues analisa o crédito praticado por essa instituição, no séc. XVIII. A investigação parte da importância que a Misericórdia de Lisboa tinha no mercado de crédito da cidade, evidenciada pelo estudo dos aspetos institucionais dos contratos de empréstimo. O objetivo principal consiste na análise da atividade creditícia em articulação com o problema do incumprimento, identificando as suas causas. A explicação para

o atraso dos pagamentos residia na convivência entre as Mesas administrativas e os devedores e no caráter limitado das instituições (formais e informais) na resolução de conflitos decorrentes do incumprimento do crédito. A autora demonstrou que a concessão de crédito dependia da pertença a redes e seguia estratégias de favorecimento. A taxa de incumprimento ascendia os 70%, sendo que muitos deles resultaram em perdas irrecuperáveis para a Misericórdia.

No Capítulo 8, designado “(Des) Obedecer e mandar: dinâmicas de poder na administração financeira municipal do Porto (século XVIII)”, de Patrícia Costa, estuda-se a administração financeira da Câmara do Porto, ao longo do séc. XVIII. Partindo da análise da orgânica funcional das finanças da Câmara e do modelo contabilístico e de gestão, a autora avalia a autonomia administrativo-financeira do município, através da interferência da Coroa nas finanças municipais, por intermédio dos seus agentes fiscalizadores. Demonstra-se que a Câmara era uma instituição mais próxima da coroa, sendo assim permeável à sua intervenção direta nas questões financeiras, através da implementação de novas regras de organização e escrituração contabilística, que a autora considera um instrumento de controlo por parte do poder central.

No capítulo 9, “The great transformation of Porto meat markets, 1780-1800”, Francisco Cebreiro Ares estudou a intervenção da Câmara Municipal no fornecimento de carnes no Porto, nos finais do séc. XVIII. O autor analisa o contexto do abastecimento de carnes no mercado do Porto e a subida de preços, (entre 1780 e 1786), que motivou uma primeira tentativa de administração pública desse mercado pelo município, em 1784, mas que falhou. Entre 1782 e 1794 a Câmara permitiu que talhos particulares participassem no negócio, desde que vendessem a carne ao preço determinado. Esta intervenção criou um sistema de abastecimento dual, entre a administração direta camarária e a oferta particular, que levou ao melhor funcionamento dos mercados, garantindo o abastecimento da população, num período de aumento dos preços em Portugal.

O Capítulo 10, intitulado “Negociar a partir do centro: a Casa Comercial de Jacinto Fernandes Bandeira (1775-1806)”, de Tomás de Albuquerque, tem como base a carreira comercial de Jacinto Fernandes Bandeira, homem de negócios da praça de Lisboa, na segunda metade do século XVIII. O autor traça uma biografia comercial deste negociante, desde o momento em que chegou a Lisboa, até ser agraciado com o título de Barão, sendo o primeiro financeiro em Portugal a ascender à nobreza. Este estudo demonstra a importância das redes sociais na criação de uma grande casa comercial, mas também evidencia a excepcional ascensão social de um comerciante no seio de redes que não se resumiam a uma configuração estritamente mercantil.

Todos os artigos foram construídos com base numa metodologia fundamentada, em que o bom cruzamento e aproveitamento das fontes é um denominador comum. A bibliografia é pertinente e atualizada. As conclusões são sólidas, trazendo grandes contributos ao nível da articulação entre as instituições e o desenvolvimento económico, sobre a importância das práticas de carácter informal e o papel/influência do estado, nomeadamente a sua eficiência enquanto agente fiscalizador. Em suma, considera-se esta uma obra de grande qualidade e inovação, que aborda várias temáticas e problemas relevantes para a historiografia nacional que não se esgotam neste livro, servindo de inspiração para futuras investigações.

JOSÉ LUÍS DOS SANTOS BARBOSA  
Universidade de Coimbra, CHSC, FLUC  
Bolseiro FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I. P.,  
no âmbito do projeto Ref. FCT: SFRH/BD/143897/2019  
jlsb101088@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-1459-209X>